



# PENITENCIÁRIA Talavera Bruce

## Apresentação

A Penitenciária Talavera Bruce é um presídio feminino voltado para o cumprimento de pena em regime fechado, localizado na Estrada do Guandu do Sena, nº 1902, na região de Bangu na cidade do Rio de Janeiro, atualmente Bairro de Gericinó. Inaugurado em 1942, a penitenciária leva esse nome em homenagem ao Juiz Roberto Talavera Bruce.

A unidade ocupa uma área de, aproximadamente, 17.000m<sup>2</sup>, com 8.000m<sup>2</sup> de área edificada. A concepção arquitetônica da unidade obedece ao modelo clássico, contando com portão principal em grades de ferro e extensos muros circundando todo o conjunto, medindo entre três e cinco metros de altura.

## Contexto da Construção

A partir da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas chega à Presidência da República, várias modificações alteram a estrutura administrativa e política brasileira. Os estudos para a reforma do Código Penal, do Código Processual Penal e da Lei de Contravenções se intensificam, e a ideia de um programa de concentração carcerária se inicia com a reforma penal de 1940, culminando em um projeto de criação da Penitenciária Agroindustrial, da Penitenciária de Mulheres e do Sanatório Penal, elaborado por uma comissão presidida por Lemos de Brito.



Lemos de Brito enfatiza a necessidade de separar as mulheres dos homens e de colocá-las longe dos presídios masculinos, para assim se evitar a influência perniciosa que elas poderiam causar. *“É que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência”*.<sup>1</sup>

Com base nos argumentos acima, acreditava-se que a criação de presídios só para mulheres destinava-se mais a garantir a paz e a tranquilidade desejada nas prisões masculinas do que propriamente a dar mais dignidade às acomodações carcerárias, até então compartilhadas por homens e mulheres.

<sup>1</sup> Ver SOARES & ILGENFRITZ na Bibliografia.



Segundo a tese de Lemos de Brito, ao ser criada a Penitenciária feminina, foi necessária a definição de normas pedagógicas que transformassem as “meretrizes, vagabundas e perniciosas” em mulheres dóceis, obedientes às regras da prisão, educadas, convertidas em caridosas beatas, voltadas às prendas domésticas, aos cuidados com os filhos, à sexualidade educada para a procriação e a satisfação do marido.

Construída especialmente para tal fim, nasce, em 9 de novembro de 1942, a primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal, em Bangu, bem longe dos presídios para homens àquela época. A administração interna e pedagógica do presídio ficou a cargo das Irmãs do Bom Pastor. As religiosas ficaram responsáveis por cuidar “*da moral e dos bons costumes, além de exercer um trabalho de domesticação das presas e vigilância constante da sua sexualidade*”.<sup>2</sup>

## Do funcionamento

Pelo regulamento interno da prisão, formulado e aplicado pelas religiosas, chamado Guia das internas, as presas só tinham dois caminhos para remirem suas culpas: ou se tornariam aptas para retornar ao convívio social e familiar, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, seriam preparadas para a vida religiosa.

Bárbara Musumeci Soares e Lara Ilgenfritz, destacam que o esforço das Irmãs do Bom Pastor em produzir uma reforma moral no interior da penitenciária tinha como pano de fundo as concepções tradicionais sobre os papéis de gênero, que consideravam a mulher biológica e intelectualmente inferior ao homem e que se expressavam, nos campos médico e jurídico, em reflexões e debates sobre a “natureza da mulher criminosa”.

Entretanto, este projeto de “purificação” não atendeu às expectativas do Estado e, em 1955, a Penitenciária de Mulheres voltou a ser diretamente administrada pela direção da Penitenciária Central, sob a alegação de que as Irmãs do Bom Pastor não conseguiram controlar a indisciplina violenta e não dispunham de conhecimentos das questões penitenciárias e administrativas necessárias para controlar 220 mulheres que estavam presas em um estabelecimento planejado para abrigar 60 mulheres (em 1953, ampliado para abrigar 120 presas).

No ano de 1966, a Penitenciária feminina adquiriu autonomia administrativa e recebeu o nome de Instituto Penal Talavera Bruce.



foto de Márcia Foletto

---

<sup>2</sup> Ver LIMA na Bibliografia

## Do período da Ditadura Militar

Criado para abrigar, primordialmente, condenadas por crimes comuns, durante os anos 70, além destas, a instituição também se destinou às presas políticas da ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964.

O primeiro grupo de prisioneiras políticas chegou ao Talavera Bruce no início de 1970. De acordo com relato de depoentes, o pavilhão em que ficavam, era formado por duas galerias e um pátio interno. Em uma galeria se localizavam as celas; a outra era fechada por uma grade de ferro e as presas não tinham acesso. Antes da grade de ferro, havia um espaço onde se localizava o banheiro coletivo, com dois chuveiros, uma pia e um fogão com duas bocas. As celas eram fechadas por uma porta de ferro e tinham em torno de dois metros de comprimento por um de largura.

As celas eram abertas na parte da manhã e fechadas ao anoitecer. As presas ficavam circulando entre as celas, o corredor e pelo espaço antes da outra galeria. Por volta das nove horas da manhã, o período era reservado ao banho de sol.

Ainda de acordo com relatos publicados, as próprias presas eram responsáveis pela limpeza.

*Elas elaboraram uma escala de serviços, em que cada uma ficava responsável por uma parte do pavilhão. Além da limpeza, elas tinham o horário todo preenchido com diversas atividades. Cada presa ficava com a obrigação de ler e expor (uma espécie de aula para as demais presas) sobre um assunto específico. Elas também cozinhavam, lavavam, liam, faziam exercício, conversavam e até tocavam instrumentos (em um período, uma presa ganhou um violão de um parente).<sup>3</sup>*



Cela Rosa, no Talavera Bruce. foto de Daniel Machado Mello

Os sábados, durante duas horas, no meio da manhã, eram reservados às visitas. O local destinado às visitas era fora do pavilhão das presas políticas. As famílias podiam trazer comidas, cartas, roupas, mas tudo era revistado por funcionários do presídio.

Há relatos de que, quando havia ações da luta armada, as visitas, as correspondências e os banhos de sol eram proibidos, sendo esses períodos chamados de “tranca”.

Em relação à comida, em um primeiro momento, esta era colocada em pratos de lata, um em cima do outro e geralmente vinha gelada. As

más condições dos alimentos das presas geraram duas greves de fome, no período entre 1970-72.

Além de protestarem contra as péssimas condições da comida, as greves serviram, também, de protesto contra o tempo em que os guardas levavam revistando as famílias e o modo como as tratavam no dia da visita.

Dentre as presas políticas que passaram pela unidade, podemos registrar Inês Etienne Romeu, Ieda Santos, Sandra Dias, Leila Abreu, Tania Fayal, Estrela, Jessie Jane, que inclusive teve uma filha nascida naquela prisão, dentre outras.

<sup>3</sup> Ver SANTOS na Bibliografia.

## Do contexto atual da unidade

Atualmente, a Penitenciária Talavera Bruce é uma unidade vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) destinada ao cumprimento de pena em regime fechado de mulheres, recebendo também aquelas presas que se encontrem grávidas no sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

A capacidade da unidade é de 299 (duzentos e noventa e nove) internas, tendo em fevereiro do corrente ano, o efetivo de 345 (trezentos e quarenta e cinco) internas.<sup>4</sup>

As celas das internas são distribuídas em 07 galerias no total, sendo uma das galerias destinadas às internas grávidas.

Há, na Unidade, o Colégio Estadual Burle Marx, onde as internas podem cursar os ensinos fundamental ou médio.

Anexa à Penitenciária Talavera Bruce, encontra-se a Unidade Materno-Infantil, destinada a receber as presas que têm filhos durante o cumprimento da pena, juntamente com seus filhos recém-nascidos. Na última visita realizada pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, em fevereiro de 2014, havia 18 presas e 19 bebês.<sup>5</sup>

## Trechos de depoimentos

Dulce Pandolfi<sup>6</sup>

*“Durante a minha estadia no DOPS fui levada para o Instituto Médico Legal, IML, para fazer um exame de corpo de delito. Achavam que eu seria uma das presas políticas trocadas pelo embaixador suíço, sequestrado no dia 8 de dezembro. Uma das exigências da embaixada era que os prisioneiros que fossem trocados pelo embaixador tivessem um laudo médico oficial do Estado brasileiro sobre o seu estado físico. E eu, quase quatro meses depois, ainda estava marcada pelas torturas. Essas marcas constam do laudo oficial do IML, que, o meu advogado Heleno Fragoso, conseguiu anexar ao meu processo. Mas, no final de dezembro, ao invés de sair rumo ao Chile, como os companheiros que foram trocados pelo embaixador suíço, eu fui transferida para o presídio Talavera Bruce, em Bangu, zona norte do Rio de Janeiro. Depois de ter ficado ali quase seis meses, enfrentando uma barra bastante pesada, fui transferida para o presídio Bom Pastor, em Recife.”*

*“Eu acuso a diretora do Presídio Talavera Bruce em Bangu, no Rio de Janeiro, que me deixou durante seis meses, sozinha, isolada, numa cela mínima, insalubre, chamada solitária. Em solitárias semelhantes estavam, naquele mesmo período, as presas políticas Estrela e Jessie Jane.”*

---

<sup>4</sup> Ver Relatório do MEPCT/RJ na Bibliografia.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Dulce Chaves Pandolfi é historiadora e professora associada do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas [CPDOC/FGV]. O trecho aqui selecionado faz parte do depoimento feito por Dulce à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 28 de maio de 2013. Dulce foi inicialmente presa no DOI-CODI/RJ em agosto de 1970, tendo também passado pelo DOPS/RJ.

R. <sup>7</sup>

*“Porque isso aqui é uma estupidez, isso aí tinha que acabar, isso aí é um Auschwitz da vida, isso aí é um campo de concentração, isso é um gueto, esses Bangu 7 aí, esse complexo de Bangu, isso é terrível, tinham que ter vergonha de fazer um negócio desse. Porque, eu não sei se a senhora já entrou lá, é um... Parece, sabe essas coisas de cemitério, gavetas de cemitério? Então, as camas, são as gavetas, são mortos vivos, é um deitado embaixo, o outro encima, então a senhora olhando assim, a senhora tem a impressão que está num monte de gaveteiros de cemitério, porque são mortos vivos”.*

## Vídeos

**Depoimento da historiadora Jessie Jane. Um filme super-8 feito pela amiga Nelie, exibido durante o período dos anos de chumbo no exterior, mostra Jessie presa junto ao marido e a filha nascida no presídio Talavera Bruce:**  
<http://vimeo.com/9707469>

## Bibliografia consultada e indicada

**LIMA, Elça Mendonça de.** Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro. O período das freiras (1942-1955). Rio de Janeiro: Pesquisa, Págs. 19 e 83.

**Relatório da visita realizada pelo MEPCT/RJ em 04 de fevereiro de 2014.**

**SANTOS, Rodrigo da Fonseca Vieira Justen dos.** Memória e Informação: Ex-Prisioneiras Políticas e Espaço Prisional. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/ic/Rodrigo%20da%20Fonseca%20Vieira%20Justen%20dos%20Santos.pdf>

**SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara.** Prisioneiras. Vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

---

<sup>7</sup> O trecho deste depoimento consta na dissertação de mestrado Criminalidade Feminina: trajetórias e confluências na fala de presas do Talavera Bruce de Simone Brandão Souza, defendida em 2005 na Escola Nacional de Ciências Estatísticas [ENCE/IBGE]. R., como registrado no estudo à época, tinha 54 anos e fez parte do grupo de 26 detentas que cederam entrevista à pesquisadora. Ver Bibliografia.

**SOUZA, Simone Brandão.** Criminalidade Feminina: trajetórias e confluências na fala de presas do Talavera Bruce. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, 2005, 240p. Disponível em: [http://www.rbes.ibge.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=acc97706-f38b-42cb-a747-10d9b5680c19&groupId=37690208](http://www.rbes.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=acc97706-f38b-42cb-a747-10d9b5680c19&groupId=37690208)

Este documento foi produzido em junho de 2014 por Antônio Pedro, Fabio Simas, Patricia Oliveira, Renata Lira, Taiguara Souza e Vera Alves, integrantes do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro [MEPCT/RJ]

Rua do Russel, 76, 5º Andar, Glória, Rio de Janeiro  
cartografiasdaditadura@iser.org.br

